



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

**1º TERMO DE RERRATIFICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0734/2020**

O Estado do Espírito Santo, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**, adiante denominada **CONTRATANTE**, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.080.605/0001-96, como sede na Rua: Eng. Guilherme José Monjardim Varejão, n.º 225, Enseada do Suá, Vitória - ES, no uso de suas atribuições de gestora do **FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE – FES**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.893.466/0001-40, representada legalmente pelo(a) Subsecretária de Estado da Assistência em Saúde, Sra. **QUELEN TANIZE ALVES DA SILVA**, portadora da Carteira de Identidade RG nº 8068164964 SSP/RS e inscrita no CPF sob o nº 779.664.570-87, nomeada pelo Decreto nº 483-S, de 16/01/2019, publicado no DOES em 17/01/2019, considerando o julgamento da licitação na modalidade **PREGÃO, PARA REGISTRO DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS**, sob nº. **0734/2020**, RESOLVE registrar os preços da empresa: **FRESENIUS KABI BRASIL LTDA – FILIAL - SP (CNPJ 49.324.221/0016-90)**, neste ato representado pelo Sra. **CRISTIANE LEITE MACHADO**, portador da Carteira de Identidade RG nº 28.259.140-0 e inscrita no CPF sob o nº 270.427.108-94, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e regido pela Lei 10.520/2002, pelo Decreto Estadual 2.458-R/2010, pelo Decreto Estadual 1.790-R/2007, pela Lei 8.666/1993 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1. O presente Termo de Rerratificação tem por objeto a **alteração do CNPJ** da empresa, prevista no preâmbulo da **ARP 0734/2020**, de forma que o mesmo passe a vigorar com a seguinte redação:

**“ONDE SE LÊ”:**

Pelo presente instrumento, o **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ/MF sob o no 27.080.605/0001-96, com sede na Av. Eng. Guilherme José Monjardim Varejão, nº 225, Enseada do Suá, Vitória - ES, CEP 29.050-360, no uso de suas atribuições de gestora do **FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE – FES**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.893.466/0001-40, representado legalmente pelo seu Subsecretário de Estado da Assistência em Saúde, Sra. **QUELEN TANIZE ALVES DA SILVA**, portadora da Carteira de Identidade RG nº 8068164964 SSP/RS e inscrito no CPF sob o nº 779.664.570-87, nomeado pelo Decreto nº 483-S, de 16/01/2019, publicado no DOES em 17/01/2019, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO, PARA REGISTRO DE PREÇOS**, sob nº **0734/2020**, RESOLVE registrar os preços da empresa: **FRESENIUS KABI BRASIL LTDA – FILIAL - SP (CNPJ 49.324.221/0001-04)**, neste ato representado pelo Sra. **CRISTIANE LEITE MACHADO**, portador da Carteira de Identidade RG nº 28.259.140-0 e inscrita no CPF sob o nº 270.427.108-94, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e regido pela Lei nº 10.520/2002, pelo Decreto Estadual nº 2.458-R/2010, pelo Decreto Estadual nº 1.790-R/2007, pela Lei nº 8.666/1993 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

**“LEIA SE”:**

Pelo presente instrumento, o **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ/MF sob o no 27.080.605/0001-96, com sede na Av. Eng. Guilherme José Monjardim Varejão, nº 225, Enseada do Suá, Vitória - ES, CEP 29.050-360, no uso de suas atribuições de gestora do **FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE – FES**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

---

06.893.466/0001-40, representado legalmente pelo seu Subsecretário(a) de Estado da Assistência em Saúde, Sra. **QUELEN TANIZE ALVES DA SILVA**, portadora da Carteira de Identidade RG nº 8068164964 SSP/RS e inscrita no CPF sob o nº 779.664.570-87, nomeada pelo Decreto nº 483-S, de 16/01/2019, publicado no DOES em 17/01/2019, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, PARA REGISTRO DE PREÇOS, sob nº **0734/2020**, RESOLVE registrar os preços da empresa: **FRESENIUS KABI BRASIL LTDA – FILIAL - SP (CNPJ 49.324.221/0016-90)**, neste ato representado pelo Sra. **CRISTIANE LEITE MACHADO**, portador da Carteira de Identidade RG nº 28.259.140-0 e inscrita no CPF sob o nº 270.427.108-94, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e regido pela Lei nº 10.520/2002, pelo Decreto Estadual nº 2.458-R/2010, pelo Decreto Estadual nº 1.790-R/2007, pela Lei nº 8.666/1993 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e condições do Termo Primitivo.

Vitória, 03 de setembro de 2020.

**QUELEN TANIZE ALVES DA SILVA**

Subsecretária de Estado de Atenção à Saúde

**Contratante**

**CRISTIANE LEITE MACHADO**

FRESENIUS KABI BRASIL LTDA

Contratada

<b>CAPTURADO POR</b>	
PAULO CESAR PEREIRA ROCHA ANALISTA DO EXECUTIVO SESA - NECL	
<b>DATA DA CAPTURA</b>	03/09/2020 14:45:38 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
<b>VALOR LEGAL</b>	ORIGINAL
<b>NATUREZA</b>	DOCUMENTO NATO-DIGITAL

<b>ASSINARAM O DOCUMENTO</b>	
CRISTIANE LEITE MACHADO Assinado em 03/09/2020 14:45:28 Documento original assinado eletronicamente, conforme art. 6, § 1º, do Decreto 4410-R/2019.	
QUELEN TANIZE ALVES DA SILVA SUBSECRETARIO ESTADO QCE-01 SESA - SSAS Assinado em 03/09/2020 14:45:37 Documento original assinado eletronicamente, conforme art. 6, § 1º, do Decreto 4410-R/2019.	

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link <https://e-docs.es.gov.br/documento/registro/2020-R6S3Z6>



Consulta via leitor de QR Code.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 0734/2020 – CENTRAL DE COMPRAS**

**ARP nº 0734/2020**  
**Pregão nº 0304/2020**  
**Processo nº. 2020-M826P**

Pelo presente instrumento, o **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.080.605/0001-96, com sede na Av. Eng. Guilherme José Monjardim Varejão, nº 225, Enseada do Suá, Vitória - ES, CEP 29.050-360, no uso de suas atribuições de gestora do **FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE – FES**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.893.466/0001-40, representado legalmente pelo seu Subsecretário de Estado da Assistência em Saúde, Sra. **QUELEN TANIZE ALVES DA SILVA**, portadora da Carteira de Identidade RG nº 8068164964 SSP/RS e inscrito no CPF sob o nº 779.664.570-87, nomeado pelo Decreto nº 483-S, de 16/01/2019, publicado no DOES em 17/01/2019, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, PARA REGISTRO DE PREÇOS, sob nº **0734/2020**, RESOLVE registrar os preços da empresa: **FRESENIUS KABI BRASIL LTDA – FILIAL - SP (CNPJ 49.324.221/0001-04)**, neste ato representado pelo Sra. **CRISTIANE LEITE MACHADO**, portador da Carteira de Identidade RG nº 28.259.140-0 e inscrita no CPF sob o nº 270.427.108-94, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e regido pela Lei nº 10.520/2002, pelo Decreto Estadual nº 2.458-R/2010, pelo Decreto Estadual nº 1.790-R/2007, pela Lei nº 8.666/1993 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

**1 - DO OBJETO**

1.1 - A presente Ata tem por objeto o registro de preços dos medicamentos especificados no Anexo I do Edital.

1.2 - Integram esta Ata, como partes indissociáveis e independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

- (a) Anexo A – Especificação dos preços;
- (b) Anexo B – Modelo de Ordem de Fornecimento;
- (c) o Edital e todos os seus Anexos;
- (d) a Proposta Comercial da Contratada.

**2 - DO PREÇO**

2.1 - Os preços a serem pagos coincidem com os preços definidos no Anexo desta Ata, e nele estão inclusos todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão de obra e quaisquer despesas inerentes à compra.

2.2 - Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis, ressalvado o disposto no item 3 deste instrumento.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

---

2.3 - A existência de preços registrados não obrigará a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei 8.666/1993, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**3 - DA ALTERAÇÃO DO PREÇO PRATICADO NO MERCADO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

3.1 - Quando, por motivo superveniente, o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado pelo mercado, o órgão gerenciador deverá:

3.1.1 - Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.1.2 - Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido;

3.1.3 - Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

3.2 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante oferta de justificativas comprovadas, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

3.2.1 - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de sanção administrativa, desde que as justificativas sejam motivadamente aceitas e o requerimento ocorra antes da emissão de ordem de fornecimento;

3.2.2 - Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

3.3 - Não logrando êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços e à adoção de medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

3.4 - Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, será adotado o critério de revisão, como forma de restabelecer as condições originalmente pactuadas.

3.5 - A revisão poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência da Ata, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração ou minoração de seus encargos.

3.5.1 - Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada.

3.5.2 - Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento, modalidade que não será admitida neste registro de preços, posto que a sua vigência não supera o prazo de um ano.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

---

3.5.3 - Não será concedida a revisão quando:

3.5.3.1 - Ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;

3.5.3.2 - O evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência da Ata;

3.5.3.3 - Ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;

3.5.3.4 - A parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento.

3.6 - Em todo o caso, a revisão será efetuada por meio de aditamento contratual, precedida de análise pela Secretaria de Estado de Controle e Transparência e Procuradoria Geral do Estado, e não poderá exceder o preço praticado no mercado.

#### **4 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1 - O preço registrado poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

4.1.1 - Pela Administração, quando houver comprovado interesse público, ou quando o fornecedor:

4.1.1.1 - Não cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;

4.1.1.2 - Não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

4.1.1.3 - Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de se tornar este superior aos praticados no mercado;

4.1.1.4 - Incorrer em inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços.

4.1.2 - Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação formal e expressa, comprovar a impossibilidade, por caso fortuito ou força maior, de dar cumprimento às exigências do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços.

4.2 - O cancelamento do registro de preços por parte da Administração, assegurados a ampla defesa e o contraditório, será formalizado por decisão da autoridade competente.

4.2.1 - O cancelamento do registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa, quando motivada pela ocorrência de infração cometida pelo particular, observados os critérios estabelecidos na cláusula décima primeira deste instrumento.

4.3 - Da decisão da autoridade competente se dará conhecimento aos fornecedores, mediante o envio de correspondência, com aviso de recebimento.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

---

4.4 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.

4.5 - A solicitação, pelo fornecedor, de cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, instruída com a comprovação dos fatos que justificam o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da Administração.

## **5 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

5.1 - A Contratante pagará à Contratada pelos produtos adquiridos, até o décimo dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação.

5.2 - Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

5.3 - O pagamento far-se-á por meio de uma única fatura.

5.4 - Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.

5.5 - A liquidação das despesas obedecerá, rigorosamente, o estabelecido na Lei 4.320/1964, assim como na Lei Estadual 2.583/1971.

5.6 - Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

## **6 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DOS CONTRATOS**

6.1 - O prazo de vigência dessa Ata de Registro de Preços é de 01(um) ano, contado do dia posterior à data de sua publicação no Diário Oficial, vedada a sua prorrogação.

6.2 - O prazo de vigência das contratações decorrentes desse registro de preços apresentará como termo inicial o recebimento da ordem de fornecimento e como termo final o recebimento definitivo dos produtos pela Administração, observados os limites de prazo de entrega fixados no Anexo I, e sem prejuízo para o prazo mínimo de garantia e validade dos produtos adquiridos.

## **7 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

7.1 - As despesas inerentes a esta Ata correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta que participarem ou aderirem à contratação e serão especificadas ao tempo da contratação.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

## 8 - DA CONVOCAÇÃO PARA RECEBER A ORDEM DE FORNECIMENTO

8.1 - A emissão da Ordem de Fornecimento constitui o instrumento de formalização da aquisição com os fornecedores, devendo o seu resumo ser publicado na Imprensa Oficial, em conformidade com os prazos estabelecidos na Lei 8.666/1993.

8.2 - Quando houver necessidade de aquisição dos produtos por algum dos órgãos participantes da Ata, o fornecedor será convocado para receber a ordem de fornecimento no prazo de até 05 dias úteis.

8.3 - A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º, da Lei 8.666/1993, quando solicitado pelo fornecedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

8.4 - Se o fornecedor se recusar a receber a ordem de fornecimento ou se não dispuser de condições de atender integralmente à necessidade da Administração, poderá a ordem de fornecimento ser expedida para os demais proponentes cadastrados que concordarem em fornecer os produtos ao preço e nas mesmas condições do primeiro colocado, observada a ordem de classificação.

## 9 - DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS MEDICAMENTOS

9.1 - A entrega dos medicamentos dar-se-á no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o recebimento da ordem de fornecimento.

9.2 - Os medicamentos serão entregues no almoxarifado da farmácia das unidades, nos endereços abaixo relacionados:

9.2.1.1 - **CAPAAC** - Centro de Atendimento Psiquiátrico Dr. Aristides Alexandre Campos, Avenida Leopoldina Smarzaró, nº 55, Bairro Monte Cristo, Cachoeiro de Itapemirim (ES) CEP: 29.312-035;

9.2.1.2 - **CREFES** - Centro de Reabilitação Física do Espírito Santo, Rua Gastão Roubach s/nº, Praia da Costa, Vila Velha (ES), CEP 29.101-020;

9.2.1.3 - **DSPM** - Hospital da Polícia Militar, Rua Joubert de Barros nº 555, Bento Ferreira, Vitória (ES), CEP 29050-720;

9.2.1.4 - **HABF** - Hospital Antônio Bezerra de Farias, Rua Castelo Branco, nº 2012, Jaburuna, Vila Velha (ES), CEP 29100-040;

9.2.1.5 - **HDRC** - Hospital Dra. Rita de Cássia, Avenida Vitória Fernandes de Jesus, nº 91 Bairro Irmãos Fernandes. Referência: saída para Ecoporanga, galpão atrás do Posto Milcar. Barra de São Francisco (ES), CEP 29800-000;

9.2.1.6 - **HDS** - Hospital Dório Silva, Av Euder Scherez de Souza, s/nº, Parque Residencial Laranjeiras, Serra (ES) CEP 29175-680;



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

---

9.2.1.7 - **HEAC**- Hospital Estadual de Atenção Clínica, Rodovia Governador Jose Sete, km 6,5, Alameda Élcio Álvares, s/nº, Santana, Cariacica (ES) CEP 29152-600;

9.2.1.8 - **HESVV**- Hospital Estadual de Vila Velha, Avenida Anésio José Simões, 76 São Torquato, Vila Velha (ES) CEP 29114-350;

9.2.1.9 - **HINSG** - Hospital Infantil Nossa Senhora da Gloria, Rua Mary Ubirajara, nº 205, Santa Lucia, Vitoria (ES), CEP 29027-080;

9.2.1.10 - **HJSN**- Hospital João dos Santos Neves, Rua Dr. Lopes Nalle nº 319, Centro, Baixo Guandu (ES), CEP 29730-000;

9.2.1.11 - **HMSA** - Hospital e Maternidade Silvio Ávidos, Rua Cassiano Castelo nº 307, Centro, Colatina (ES), CEP 29700-060;

9.2.1.12 - **HPF** – Hospital Dr. Pedro Fontes, BR 101, Rodovia do Contorno, Km 9, Itanhenga, Cariacica (ES) CEP 29156-000;

9.2.1.13 - **HRAS** - Hospital Roberto Arnizaut Silves, Rodovia Otovarino Duarte Santos Km 2, São Mateus (ES), CEP 29938-910;

9.2.1.14 - - **UIJM** - Hospital de Jerônimo Monteiro, Av. Dr. José Farah nº 34, Jerônimo Monteiro (ES), CEP 29550-000.

9.2.2 -A embalagem secundária e/ou primária deve estar grafada com a expressão "Proibida a Venda ao Comércio".

9.3 - As distribuidoras devem apresentar certificado de procedência dos produtos lote a lote, a serem entregues no ato da entrega dos produtos.

9.4 - A Administração designará servidor (ou comissão de, no mínimo, três membros, na hipótese de compras de valor superior a R\$ 80.000,00, conforme o art. 15, § 8º, da Lei 8.666/1993) para recebimento do objeto contratual da seguinte forma:

9.4.1 - Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação demandada e com a proposta apresentada, atestado por escrito.

9.4.2 - Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento provisório, mediante Termo de Recebimento Definitivo.

9.5 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.6 - No caso de os objetos serem entregues em desconformidade, a CONTRATADA será notificada da recusa, parcial ou total, para realizar a correção de falhas ou a substituição por outros, em até 05 (cinco) dias úteis, ou no prazo remanescente para a entrega fixado



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

---

em contrato, se for superior e ainda estiver em curso, renovando-se, a partir da nova entrega, o prazo para recebimento definitivo.

9.7 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## **10 - DA GARANTIA E DO PRAZO DE VALIDADE DOS MEDICAMENTOS**

10.1 - Os produtos objeto deste Contrato terão prazo de garantia coincidente com o prazo de validade dos medicamentos fornecidos, não podendo ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data de sua entrega.

## **11 - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

11.1 - Compete à Contratada:

- (a) Entregar os medicamentos de acordo com as condições e se responsabilizar pelo período da garantia;
- (b) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;
- (c) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/1993;
- (d) Garantir a execução qualificada do contrato durante o período de garantia;
- (e) As distribuidoras devem apresentar certificado de procedência dos produtos lote a lote, a serem entregues no ato da entrega dos produtos.
- (f) A embalagem secundária e/ou primária deve estar grafada com a expressão "Proibida a Venda ao Comércio".
- (g) Observar vedação da subcontratação no todo ou em parte, do objeto contratado.

11.2 - Compete à Contratante:

- (a) Efetuar o pagamento do preço previsto nos termos deste contrato;
- (b) Definir o local para entrega dos medicamentos adquiridos;
- (c) Designar servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do § 8º do art. 15 da Lei 8.666/1993) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entrega dos produtos adquiridos.

## **12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

12.1.1 - Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;

12.1.2 - Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do contrato;

12.1.3 - A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no item 10.2 deste edital e na Lei 8.666/1993.

12.2 - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes sanções ao licitante contratado:

(a) Advertência;

(b) Multa compensatória por perdas e danos, no montante de até 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;

(c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

(d) Impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, Direta ou Indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

(e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "c".

12.2.1 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c"; "d" e "e" deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea "b").

12.2.2 - Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas "c", "d" e "e", a autoridade competente submeterá sua decisão ao Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Estadual.

12.2.3 - Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pelo Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

12.2.4 - Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

---

ocorrência no CRC/ES, e a SEGER, no SICAF, em campo apropriado. No caso da aplicação da sanção prevista na alínea "d", deverá, ainda, ser solicitado o descredenciamento do licitante no SICAF e no CRC/ES.

12.3 - As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

(a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

(b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

(c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do art. 110 da Lei 8.666/1993;

(d) O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

(e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei 8.666/1993;

(f) O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo.

12.4 - Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato;

12.5 - Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada;

12.6 - Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

12.7 - Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

---

**13 - DA SUPERVENIENTE IRREGULARIDADE FISCAL OU TRABALHISTA**

13.1 - Constatado que o CONTRATADO não se encontra em situação de regularidade fiscal ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.

13.2 - Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.

13.3 - Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pelo CONTRATADO, será imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.

13.4 - Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.

13.5 - Em se tratando de irregularidade fiscal decorrente de crédito estadual, o CONTRATANTE informará à Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado sobre os créditos em favor da empresa, antes mesmo da notificação à empresa.

**14 - DA RESCISÃO**

14.1 - A rescisão da Ata poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos arts. 78 e 79 da Lei 8.666/1993, no que couberem, com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

**15 - DOS ADITAMENTOS**

15.1 - A presente Ata poderá ser aditada, estritamente, nos termos previstos na Lei 8.666/1993, após manifestação formal da Procuradoria Geral do Estado.

**16 - DOS RECURSOS**

16.1 - Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 109 da Lei 8.666/1993.

**17 - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

17.1 - A execução do contrato será acompanhada pelo(a) (UNIDADE DO ÓRGÃO), designado representante da Administração nos termos do art. 67 da Lei 8.666/1993, que deverá atestar a execução do objeto contratado, observadas as disposições deste Contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

---

**18 - DO FORO**

18.1 - Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Vitória, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**QUELEN TANIZE ALVES DA SILVA**

Subsecretária de Estado de Atenção à Saúde  
Contratante

**CRISTIANE LEITE MACHADO**

FRESENIUS KABI BRASIL LTDA  
Contratada



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

**ANEXO "A" DA ARP 0734/2020**

Este documento é parte integrante da **Ata de Registro de Preços nº 0734/2020**, celebrada entre a SESA e a empresa: **FRESENIUS KABI BRASIL LTDA**, cujos preços estão a seguir registrados por lote/item, em face à realização do **Pregão nº 0734/2020**.

**1 – DESCRIÇÃO DO OBJETO:** MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO / CONCENTRACAO 1 : AGUA PARA INJECAO ; FORMA FARMACEUTICA: SOLUCAO INJETAVEL; FORMA DE APRESENTACAO: BOLSA OU FRASCO EM SISTEMA FECHADO 100ML; VIA DE ADMINISTRACAO: INTRAVENOSA; UNIDADE DE FORNECIMENTO: BOLSA OU FRASCO; UNIDADE DE MEDIDA: BOLSA OU FRASCO. **Código: 176417**

**LOTE 03**

ITEM	FORNECEDOR	UNID	QTD.	MARCA/ FABRICA NTE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	FRESENIUS KABI BRASIL LTDA	BOLSA/FRASCO	93000	Fresenius	1,8300	170.190,00

**VALOR TOTAL DO LOTE: ..... R\$  
170.190,00**

1.2 - Os preços, unitário e global, máximos admitidos para fins de registro são os que constam na tabela acima.

1.3 - A oferta de preços acima do parâmetro estabelecido acima importará em desclassificação do licitante.

1.4 - Não é permitida a compra de medicamentos com valores acima da tabela da tabela CMED. Os valores deverão ser ajustados de acordo com a marca ofertada, aplicando também o CAP e o CONFAZ.

1.4.1 - Só será permitida a compra do medicamento se o mesmo possuir preço registrado na tabela CMED, salvo os pontos abaixo:

1.4.1.1 - Os medicamentos contemplados em resolução específica da ANVISA, que obrigue os mesmos a publicarem seus preços em REVISTAS ESPECIALIZADAS, cabendo a apresentação da aludida publicação quando solicitado.

1.4.1.2 - Os medicamentos que possuírem resolução específica da ANVISA que desobrigue o registro dos preços na tabela CMED quanto em REVISTAS ESPECIALIZADAS, cabendo à apresentação da resolução quando solicitada.

**1.5- CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS**

a) Validade não inferior a 12 (doze) meses;

b) Declaração do nome comercial, marca, fabricante, país de origem, fórmula e dosagem, quantidade por embalagem, nº do registro do Ministério da Saúde;



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

---

- c) A aquisição se dará sob a denominação genérica do medicamento, constante da listagem dos produtos padronizados pela Secretaria de Estado da Saúde;
- d) Dizeres constantes dos rótulos e embalagens de acordo com a legislação vigente;
- e) Entrega dos medicamentos em embalagens primária e secundária, devidamente identificados e acondicionados de forma adequada, consideradas as condições de umidade e temperatura. A embalagem primária deverá conter denominação genérica do medicamento, concentração, registro no Ministério da Saúde, fabricante, data de fabricação, validade e demais informações exigidas pela legislação;
- f) A embalagem secundária e/ou primária deve estar grafada com a expressão "Proibida a Venda ao Comércio";
- g) Apresentar laudo de qualidade, nos termos da exigência contida no art. 3º, § 4º, da Lei 9.787/1999.
- h) As distribuidoras devem apresentar, no caso de vencerem a licitação, certificado de procedência dos produtos lote a lote, a serem entregues no ato da entrega dos produtos.

#### 1.6 - CLASSIFICAÇÃO COMO BENS COMUNS

1.7 - Caso existam divergências entre o disposto neste Edital e no sistema eletrônico quanto à descrição do objeto, deverá ser observada a redação contida neste instrumento convocatório.

### **3 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

#### 3.1 - São obrigações da CONTRATANTE:

- (a) efetuar o pagamento do preço previsto nos termos deste contrato;
- (b) definir o local para entrega dos produtos adquiridos;
- (c) designar servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do § 8º do art. 15 da Lei 8.666/1993) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entrega dos produtos adquiridos.

#### 3.2 - São obrigações da CONTRATADA:

- (a) entregar os produtos de acordo com as condições e prazos propostos e mantê-los em pleno funcionamento dentro do período da garantia;
- (b) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;
- (c) manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/1993;
- (d) garantir a execução qualificada do contrato durante o período de garantia.
- (e) Observar vedação da subcontratação no todo ou em parte, do objeto contratado.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

---

#### **4 - DA VALIDADE**

4.1 - A garantia destes produtos, contada a partir do recebimento dos mesmos pela Administração, não poderá ser inferior a 12 (doze) meses.

#### **5 - DA ESTIMATIVA DE QUANTIDADES**

5.1 - A quantidade máxima estimada a ser adquirida pelos órgãos participantes do certame, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, é fixada em conforme Lotes acima descritos.

5.2 - A quantidade mínima estimada a ser adquirida pelos órgãos participantes do certame, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, é fixada em conforme detalhamento do objeto.

5.3 - O fornecedor fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade máxima estimada de fornecimento estabelecida neste edital.

5.4 - A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades que não tenham participado do certame dependerá, além de autorização do órgão gerenciador, da observância dos limites previstos na legislação vigente e da aceitação de fornecimento pelo particular, do cumprimento dos seguintes critérios:

(a) Os quantitativos fixados pelos órgãos e entidades que não tenham participado do certame não serão computados nos quantitativos fixados originariamente nos itens 3.1 a 3.3;

(b) Ao órgão ou entidade que não tenha participado do certame fica vedada a fixação de suas respectivas quantidades em montante superior ao máximo estabelecido no item 3.1;

(c) Não será admitida a adesão de órgãos e entidades que não tenham participado do certame, na hipótese de risco de prejuízo para as obrigações anteriormente assumidas, o que será aferido pelo órgão gerenciador, mediante decisão fundamentada.

#### **6 - DA QUANTIDADE MÍNIMA DE ITENS A SEREM COTADOS**

6.1 - Não será admitida cotação inferior à quantidade máxima prevista.

#### **7 - DO DETALHAMENTO DO OBJETO**

##### **1 - DA FISCALIZAÇÃO**

a) Os fiscais serão posteriormente designados formalmente pelos órgãos e unidades participantes nos termos do art. 15, § 8º, da Lei nº 8.666/93.

##### **2 - GESTOR DO CONTRATO**

a) Conforme **Portaria 065-S, de 19 de fevereiro de 2020**, fica designada como **GESTOR DO CONTRATO** a Central de Compras - SESA/ES.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

---

**3 - DO OBJETO:** Aquisição de medicamentos para as unidades da Rede Estadual de Saúde, mediante registro de preços por lotes, para o abastecimento por um período de 12 (doze) meses, conforme as especificações constantes neste Termo de Referência.

**4 - DA JUSTIFICATIVA:** A abertura de ata de registro de preços visa atender aos pacientes da Rede Estadual de Saúde e demais órgãos participantes, com o objetivo de manter os estoques de medicamentos e garantir os tratamentos necessários, em atendimento ao preconizado pela Portaria 358-S, de 31/08/2018, que definiu as atribuições da Central de Compras da SESA.

**5 - DA ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO OBJETO:** A especificação detalhada do objeto está definida no tópico 9 deste termo, juntamente com as estimativas de quantidades.

**6 - DA HABILITAÇÃO TÉCNICA:**

6.1 - As empresas participantes deverão apresentar os documentos exigidos no item 1.3 do anexo III da minuta padrão da PGE para o edital, que trata da qualificação técnica.

6.2 - Da solicitação de amostra: Quando a comprovação das características do objeto da licitação por manuais, catálogos, folhetos, impressos ou publicações originais do laboratório produtor não for possível, as empresas licitantes, quando solicitadas, deverão apresentar amostras dos produtos por elas cotados, sob pena de desclassificação.

**8 - DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO:**

8.1 - Da fiscalização:

8.1.1 - As unidades da Rede Estadual de Saúde deverão abrir um processo de compra específico para cada Ata de Registro de Preços, visto que o processo mãe estará de posse da SESA.

8.1.2 - A fiscalização do contrato será de responsabilidade do fiscal indicado pela unidade, conforme informado no formulário Anexo I;

8.1.3 - A aceitação do medicamento será certificada pelo serviço de farmácia ou por um servidor designado para este fim, mediante atesto na nota fiscal, juntamente com o fiscal da unidade, sendo esta condição indispensável a que se processe o pagamento;

8.1.4 - A fiscalização exercida pelo Estado não exime em nada a responsabilidade da contratada pela completa e perfeita execução do objeto de contrato ou instrumento equivalente;

8.1.5 - As unidades da Rede Estadual de Saúde deverão notificar formalmente quaisquer irregularidades encontradas na entrega dos itens.

8.2 - Das obrigações da contratada:

8.2.1 - Os medicamentos devem ser entregues nas unidades solicitantes em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, identificados, nas condições de temperatura exigida em rótulo e com o número do registro emitido pela ANVISA, acompanhados da



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

---

documentação fiscal em duas vias, com especificação dos quantitativos discriminados na nota fiscal apresentados em unidades individualizadas. O número do lote do medicamento recebido deve constar na rotulagem e na nota fiscal, especificados o número de lotes por quantidade de medicamento entregue.

8.2.2 - O transporte dos medicamentos deverá obedecer a critérios adequados, de modo a não afetar a identidade, qualidade e a integridade dos mesmos. Os medicamentos termolábeis devem ser acondicionados e transportados sob controle de temperatura adequado, dentro das condições estabelecidas pelo fabricante.

8.2.3 - Todos os medicamentos, nacionais ou importados, devem ter em seus rótulos e bulas, todas as informações em língua portuguesa, quais sejam: número de lote, data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nome genérico e concentração, de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor.

8.2.4 - As embalagens devem apresentar o nome do farmacêutico responsável pela fabricação do produto, com o respectivo número do Conselho Regional de Farmácia (CRF). O registro do profissional deve ser, obrigatoriamente, da unidade federada onde a fábrica está instalada.

8.2.5 - De acordo com a Portaria n. 2.814/GM, de 29 de maio de 1998, os produtos a serem fornecidos pelas empresas vencedoras das licitações devem apresentar, em suas embalagens, a expressão: "PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO".

8.2.6 - Respeitar e cumprir com os prazos de entrega dos itens comprados, observando os períodos de parcelamento e quantidades.

8.2.7 - Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para o Estado.

8.2.8 - Fornecer amostra do produto quando solicitado, para laudo técnico de utilização.

**8.3 - Das obrigações da contratante:**

8.3.1 - Acompanhar e fiscalizar a entrega dos itens solicitados.

8.3.2 - Efetuar o pagamento devido, nas condições estabelecidas.

8.3.3 - Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados ao Estado.

8.3.4 - Atestar notas fiscais correspondentes após o recebimento dos itens comprados.

8.3.5 - Receber e fiscalizar os produtos entregues, verificando a sua correspondência com as especificações prescritas no edital, atestando sua conformidade.

8.3.6 - Designar formalmente um servidor da unidade gestora para acompanhar e fiscalizar a execução da autorização de fornecimento ou instrumentos equivalentes.

8.3.7 - Notificar formalmente quaisquer irregularidades encontradas na entrega dos itens.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

**9 - ESTIMATIVA DE QUANTIDADES:**

As quantidades máximas solicitadas foram obtidas por meio da pesquisa de quantitativo nº **83766**, conforme documento em anexo, junto às unidades participantes, realizada no SIGA. A seguir estão elencadas as quantidades informadas pelas unidades para o consumo de 12 meses, o consumo mínimo, as especificações completas de cada lote, bem como se há a aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (conforme Resolução CMED nº3, 02/03/2011 e Comunicado nº 6, 05/09/2013) e se está isento de ICMS (Convênio do CONFAZ).

As quantidades mínimas estimadas do objeto a ser adquirida pelos órgãos e entidades participantes, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, será fixada em 20% (vinte por cento) da quantidade máxima de cada item, para fins de cumprimento do inciso II, do artigo 13, do Decreto Estadual 1.790-R/2007.

Lote	Especificação	CAP	CON FAZ	Unidades	Mínimo	Quantitativo	Total
03	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO / CONCENTRACAO 1 : AGUA PARA INJECAO ; FORMA FARMACEUTICA: SOLUCAO INJETAVEL; FORMA DE APRESENTACAO: BOLSA OU FRASCO EM SISTEMA FECHADO 100ML; VIA DE ADMINISTRACAO: INTRAVENOSA;UNIDADE DE FORNECIMENTO: BOLSA OU FRASCO;UNIDADE DE MEDIDA: BOLSA OU FRASCO  <b>COD: 176417</b>	NÃO	NÃO	CAPAAC	0	0	93000
				CREFES	0	0	
				DSPM	0	0	
				HABF	0	0	
				HDRC	200	1000	
				HDS	400	2000	
				HEAC	600	3000	
				HESVV	400	2000	
				HINSG	6560	32800	
				HJSN	3000	15000	
				HMSA	6000	30000	
				HPF	40	200	
				HRAS	1400	7000	
UJIM	0	0					

<b>CAPTURADO POR</b>	
PAULO CESAR PEREIRA ROCHA ANALISTA DO EXECUTIVO SESA - NECL	
<b>DATA DA CAPTURA</b>	27/08/2020 16:12:53 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
<b>VALOR LEGAL</b>	ORIGINAL
<b>NATUREZA</b>	DOCUMENTO NATO-DIGITAL

<b>ASSINARAM O DOCUMENTO</b>	
CPF RESERVADO VIA API Assinado em 27/08/2020 16:04:38 Documento original assinado eletronicamente, conforme art. 6, § 1º, do Decreto 4410-R/2019.	
QUELEN TANIZE ALVES DA SILVA SUBSECRETARIO ESTADO QCE-01 SESA - SSAS Assinado em 27/08/2020 16:12:52 Documento original assinado eletronicamente, conforme art. 6, § 1º, do Decreto 4410-R/2019.	

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link <https://e-docs.es.gov.br/documento/registro/2020-6ZPL81>



Consulta via leitor de QR Code.

**FRESENIUS KABI BRASIL  
LTDA.**

ROD CORONEL POLICIA  
MILITAR NELSON  
TRANCHESI, 740  
06696-110 ITAPEVI - SP - Brasil  
Telefone:  
Fax:  
<http://www.fresenius-kabi.com/>

À  
Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo  
R JUDITH MARIA TOVA 225, EDIF 2 PAV 2025 - ENSEADA DO SUA  
CEP: 29050-360  
VITORIA - ES

Página 001

Referência : PREGÃO ELETRÔNICO N° 304/2020 ITAPEVI - SP, 25 de Junho de 2020  
PROCESSO N° 2020-M826P  
ABERTURA DIA 25/06/2020 ÀS 09:00 hs  
OBJETO: Registro de Preços de Material de Consumo - Medicamentos, para posterior fornecimento, conforme especificações do Anexo I do Edital.

Prezados Senhores,

Segue abaixo nossa proposta, referente ao processo acima mencionado.

Condições gerais da proposta:

Validade da Proposta : 60 (sessenta) dias corridos, contados da data limite para o acolhimento das mesmas

Condições de Pagamento: O pagamento far-se-á por meio de uma única fatura. Que será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal/Fatura

Prazo de Entrega : 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da Ordem de Fornecimento

Local de Entrega : Nos almoxarifados da farmácia das unidades participantes, nos endereços abaixo relacionados:

- CAPAAC - Centro de Atendimento Psiquiatrico Dr. Aristides Alexandre Campos, Avenida Leopoldina Smarzarro, n° 55, Bairro Monte Cristo, Cachoeiro de Itapemirim (ES) CEP: 29.312-035;
- CREFES - Centro de Reabilitação Física do Espirito Santo, Rua Gastão Roubach s/n°, Praia da Costa, Vila Velha (ES), CEP 29.101-020;
- DSPM - Hospital da Policia Militar, Rua Joubert de Barros n° 555, Bento Ferreira, Vitória (ES), CEP 29050-720;
- HABF - Hospital Antônio Bezerra de Farias, Rua Castelo Branco, n° 2012, Jaburuna, Vila Velha (ES), CEP 29100-040;
- HDRC - Hospital Dra. Rita de Cássia; Av Vitória Fernandes de Jesus, n° 91, Bairro Irmãos Fernandes, Barra de São Francisco (ES), CEP 29800-000;
- HDS - Hospital Dório Silva, Av Euder Scherez de Souza, s/n°, Parque Residencial Laranjeiras, Serra (ES) CEP 29175-680;
- HEAC - Hospital Estadual de Atenção Clínica, Rodovia Governador Jose Sete, km 6,5, Alameda Elcio Álvares, s/n°, Santana, Cariacica (ES) CEP 29152-600;
- HESVV - Hospital Estadual de Vila Velha, Avenida Anésio José Simões, 76 São Torquato, Vila Velha (ES) CEP 29114-350;
- HINSG - Hospital Infantil Nossa Senhora da Gloria, Rua Mary Ubirajara, n° 205, Santa Lucia, Vitoria (ES), CEP 29027-080;
- HJSN- Hospital João dos Santos Neves, Rua Dr. Lopes Nalle n° 319, Centro, Baixo Guandu (ES), CEP 29730-000;
- HMSA - Hospital e Maternidade Silvio Avidos; Avenida Silvio Avidos 951 São Silvano Colatina Es Cep 29703132;
- HPF - Hospital Dr. Pedro Fontes, BR 101, Rodovia do Contorno, Km 9, Itanhenga, Cariacica (ES) CEP 29156-000;

- HRAS - Hospital Roberto Arnizaut Silveiras, Rodovia Otovarino Duarte Santos Km 2, São Mateus (ES), CEP 29938-910;
- UIJM - Hospital de Jerônimo Monteiro, Av. Dr. José Farah nº 34, Jerônimo Monteiro (ES), CEP 29550-000.

Validade do Produto : 24 meses, serão entregues com prazo de validade de pelo menos 75% do prazo de validade total, a contar da data de entrega.

"COM ETIQUETA PROIBIDA VENDA NO COMÉRCIO"

Banco(s) para depósito:

DADOS BANCÁRIOS MATRIZ CNPJ 49.324.221/0001-04:

Banco : Banco do Brasil (001)

Agência / Conta : 3360-x c/c 3682-x

Fone 11 2504 1417

**LOTE 03**

Item	Nosso Código	Qtde	Und	Descrição / Descrição Técnica / Observação	Preço Unitário R\$	Total Item R\$
1	1510121	93.000	UN	KP ÁGUA INJEÇÃO 100 ML ÁGUA PARA INJEÇÃO estéril e apirogênica, acondicionada em frasco plástico de 100 ml. Frasco plástico em polietileno de baixa densidade em sistema fechado transparente, isento de PVC, DEHP e látex. Sítios independentes para colocação de equipo e aditivção de medicamentos. Lacres que evidenciam violação dos sítios e com setas indicando o sentido do fluxo. Membranas autoselantes que não permitem vazamento de solução após perfuração dos sítios. Registro de medicamento junto à Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) Código TUSS: 90074700 Procedência: Nacional Marca/Fabricante: Fresenius Modelo: Kabipac Frasco Sistema Fechado Embalagem: Acoplado em caixa com 80 unidades. Validade do Produto: 24 meses GGREM : 509500616154411 Registro M.S.: 1004101000136 Cód. Barras: 7897947706675	1,83	170.190,00
Preço Unitário: UM REAL E OITENTA E TRÊS CENTAVOS						
Total Item: CENTO E SETENTA MIL, CENTO E NOVENTA REAIS						
Total - LOTE 03: (R\$ 170.190,00) - CENTO E SETENTA MIL, CENTO E NOVENTA REAIS						

Valor Total da Proposta R\$: 170.190,00 - CENTO E SETENTA MIL, CENTO E NOVENTA REAIS

IMPOSTOS:

IPI - Incluso

ALÍQUOTA DE ICMS Faturado por Itapevi (SP): Todos Incluso no preço

Produtos Nacionais

- Para SP = 18% (\*Soluções Parenterais tem Alíquota de 12%)
- Para MG/PR/RS/RJ/SC = 12%
- Para Outros Estados = 7%

Produtos Importados

- Para SP = 18% (\*Soluções Parenterais tem Alíquota de 12%)
- Para MG/PR/RS/RJ/SC = 4%
- Para Outros Estados = 4%

DADOS DA EMPRESA:

FRESENIUS KABI BRASIL LTDA

CNPJ: 49.324.221/0016-90 - I.E. : 373.205.227.117

ROD CORONEL POLICIA MILITAR NELSON TRANCHESI, N° 740 - ITAQUI -

ITAPEVI - SP- CEP: 06696-110

CONTATO DEPTO. DE LICITAÇÕES:

Fone: (11)2504-1421

Fax: (11) 2504-1616

Contato: CRISTIANE MACHADO

E-MAIL: cristiane.machado@fresenius-kabi.com / licitacao.br@fresenius-kabi.com

CONTATO COMERCIAL PARA RECEBIMENTO DE EMPENHOS: FILIAL RJ

Fone: (21)2117-2107

Fax: (21)2589-7667

Contato: Juliana

E-MAIL: juliana.s.santos@fresenius-kabi.com / captacao.pedidos@fresenius-kabi.com

REPRESENTANTE LEGAL PARA ASSINATURA DO CONTRATO / ARP:

Nome: CRISTIANE LEITE MACHADO

Cargo: ANALISTA DE LICITAÇÕES

RG: 28.259.140-0

CPF: 270.427.108-94

Declaramos que o representante acima mencionado é o autorizado para assinatura dos futuros contratos.

Declaramos para os devidos fins, submeter-me incondicionalmente as prescrições do edital.

Declaramos que em nossos preços estão inclusos: tributos, prêmios de seguro, taxas, inclusive de administração, emolumentos, transporte, quaisquer despesas operacionais, todos encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais e comerciais, despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza; frete, carga e descarga, transporte, enfim, todos os componentes de custo, estando essa Instituição livre de qualquer tipo de ônus.

FRESENIUS KABI BRASIL LTDA.



CRISTIANE LEITE MACHADO

Cargo: ANALISTA DE LICITAÇÕES

RG : 28.259.140-0

CPF: 270.427.108-94

Vitória (ES), sexta-feira, 28 de Agosto de 2020.

**RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - SESA nº. 0734/2020**

**PROCESSO: 2020-M826P**  
**PREGÃO: 0304/2020**  
**OBJETO:** Material de Consumo - Medicamento  
**CONTRATADA:** FRESENIUS KABI BRASIL LTDA.  
**ATA:** 0734/2020  
**LOTE:** 003  
**VALOR TOTAL:** R\$ 170.190,00  
**VIGÊNCIA:** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados do dia posterior à publicação no Diário Oficial, vedada a sua prorrogação.  
**DATA DA ASSINATURA:** 27/08/2020

**QUELEN TANIZE ALVES DA SILVA**  
 Subsecretária de Estado de Atenção à Saúde

**Protocolo 606760**

**ERRATA**

**REFERENTE O RESULTADO DE LICITAÇÃO PE 0275 - PROC. 2020-9G6P7 - PUBLICADO NO DOES DE 20/07/2020.**

**ONDE SE LÊ:**

**Empresa Vencedora:** SINERGIA FARMACEUTICA LTDA - ME, no Lote 003.

**LEIA-SE:**

**Empresa Vencedora:** SINERGIA FARMACEUTICA LTDA - ME, no lote 007.

Protocolo 596668.

Em 27 de agosto de 2020.

**FRANCISCO OILIS MAGRI**  
 Pregoeiro Central Compras/SESA  
**Protocolo 606480**

**Hospitais****AVISO DE LICITAÇÃO**

O Hospital Antônio Bezerra de Faria torna público que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, de acordo com as Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 e Decreto nº 2.458-R/10, por meio do sistema eletrônico ES - compras. Os editais estão disponíveis no site [www.compras.es.gov.br](http://www.compras.es.gov.br), link licitações, para as licitações abaixo:  
**Pregão Eletrônico Nº 0065/2020**  
**Processo: 2020-LJ2XP**  
**Objeto:** Registro de Preços para material de consumo (caneta de bisturi e outros) AMPLO-ME-EPP  
**Início acolhimento de proposta:** 28/08/2020 às 17:00 hs  
**Início da Sessão de disputa:** 11/09/2020 às 09:00 hs

Informações através do email: [habf.cpl@saude.es.gov.br](mailto:habf.cpl@saude.es.gov.br)  
 Vila Velha, 27 de agosto de 2020

**Cristina Maria Cruz Farias**  
 Pregoeira CPL/HABF  
**Protocolo 606562**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

O Hospital Antônio Bezerra de Faria torna público que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, de acordo com as Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 e Decreto nº 2.458-R/10, por meio do sistema eletrônico ES - compras. Os editais estão disponíveis no site [www.compras.es.gov.br](http://www.compras.es.gov.br), link licitações, para as licitações abaixo:  
**Pregão Eletrônico Nº 0066/2020**  
**Processo: 2020-TGPG7**  
**Objeto:** Registro de Preços para material de consumo (cufômetro) ME-EPP  
**Início acolhimento de proposta:** 28/08/2020 às 17:00 hs  
**Início da Sessão de disputa:** 11/09/2020 às 14:00 hs

Informações através do email: [habf.cpl@saude.es.gov.br](mailto:habf.cpl@saude.es.gov.br)  
 Vila Velha, 27 de agosto de 2020

**Cristina Maria Cruz Farias**  
 Pregoeira CPL/HABF  
**Protocolo 606564**

**Hospital Dra. Rita de Cássia AVISO DE LICITAÇÃO**

O HDRC torna público que irá realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** conforme Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02 e Decreto 2458-R de 04/02/2010. Edital disponível no site [www.compras.es.gov.br](http://www.compras.es.gov.br) SIGA.  
**P.E. nº 63/2020**  
**PROC.Nº 88953866**  
**Obj: Alteplase**  
 -Início da Sessão de Disputa:  
 - Às 10:00 h do dia 09/09/2020  
 Barra,S. Francisco, 27/08/2020  
 Inf. Tel:27-3756-8480/08 às 17h.  
**Silvina M. S. Pimentel**  
 Pregoeira / CPL / HDRC  
**Protocolo 606588**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

O Hospital Estadual de Atenção Clínica, torna público que realizará licitação sob a modalidade de "Pregão Eletrônico", de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações, Lei 10.520/02 e Decreto nº. 2458-R/2010, por meio do sistema eletrônico. O edital estará disponível no **Sistema do SIGA**, site [www.compras.es.gov.br](http://www.compras.es.gov.br), link: **Área do Fornecedor**, para as licitações abaixo:  
**Processo nº. 88773574**  
**Edital 0026/2020**  
**Objeto:** Registro de Preços de Material de Consumo - Ciclo Ergômetro e Faixa Elástica.  
**Início do acolhimento Proposta:** 08:00 do dia 28/08/2020.  
**Início da Disputa:** 14:00 do dia 10/09/2020.  
 Maiores informações através dos telefones (27) 3636-2849 Fax: (27) 3636-2832 ou E-mail: [compras@saude.es.gov.br](mailto:compras@saude.es.gov.br)

**Paulo Sérgio de Souza Dutra**  
 Pregoeiro/HEAC  
**Protocolo 606661**

**Hospital Dra. Rita de Cássia AVISO DE LICITAÇÃO**

O HDRC torna público que irá realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** conforme Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02 e Decreto 2458-R de 04/02/2010. Edital disponível no site [www.compras.es.gov.br](http://www.compras.es.gov.br) SIGA.  
**P.E. nº 64/2020**  
**PROC.Nº 89066057**  
**Obj: Suplemento Nutricional**  
 -Início da Sessão de Disputa:  
 - Às 10:00 h do dia 10/09/2020  
 Barra,S. Francisco, 27/08/2020  
 Inf. Tel:27-3756-8480/08 às 17h.  
**Silvina M. S. Pimentel**  
 Pregoeira / CPL / HDRC  
**Protocolo 606697**

**AVISO DE RESULTADO Pregão Eletrônico - HABF**

O Hospital Antonio Bezerra de Faria torna público, de acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, o resultado do pregão, conforme abaixo:  
**Pregão Eletrônico nº 0055/2020**  
**Processo nº 2020-68KX0**  
**Objeto: Registro de preços de material de consumo - papel higiênico**  
 Empresa Vencedora:  
**Arruda Comercio De Produtos De Limpeza Eireli - Me**  
 Lote 01 - R\$ 144.050,40  
 Vila Velha, 27 de agosto de 2020  
 Cristina Maria Cruz de Farias  
 Pregoeira Oficial/HABF  
**Protocolo 606609**

**RESULTADO DE LICITAÇÃO**

A Secretaria de Estado da Saúde, através do Hospital Estadual Dório Silva torna público, de acordo com as disposições das Leis nº. 8.666/93 e 10.520/02 e Decreto nº. 2.458-R/10 - e suas alterações, o resultado final do pregão abaixo relacionado:

**Pregão Eletrônico 085/2020**

Processo Nº 88811115

**Objeto:** Aquisição de Circuito Respiratório Adulto - Aderente á Lei Complementar nº 946 de 27/03/2020 - Contratações para COVID19.

**EMPRESAS VENCEDORAS**

VIVAMED COM. E REP. DE MAT. HOSPITALAR EIRELI-ME.  
**Lote 01 - R\$ 58.123,50.**  
 5S TRADE TECNOLOGIAS LTDA.  
**Lote 02 - R\$ 38.468,00.**

Total Geral R\$ 96.591,50 (noventa e seis mil quinhentos e noventa e um reais e cinquenta centavos).

Informações: através do Tel. 27.3218-9225 no horário de 8h às 17h ou E-mail: [hds.cpl@saude.es.gov.br](mailto:hds.cpl@saude.es.gov.br)

Serra, 27 de agosto de 2020.

Lauro Roberto de O. Senna  
 Apoio - Pregão Eletrônico/HEDS  
**Protocolo 606663**

**AVISO DE RESULTADO LICITAÇÃO**

O Hospital Estadual São José do Calçado - SESA torna público o resultado final do pregão abaixo relacionado:  
 Pregão: 0026/2020  
 Processo: 2020-F1J7Q  
 Objeto: Registro de preços de Material de Expediente  
 Lote: 01 - R\$ 3.251,50  
 Lote: 02 - R\$ 508,20  
 Lote: 03 - R\$ 294,00  
 Lote: 05 - R\$ 810,00  
 Empresa: ESTAFE COMERCIO E SERVICOS EIRELI - EPP  
 Lotes: 04 - R\$ 1.330,00  
 Empresa: MARIA ODALEA GUERRA CO - L2 COMERCIAL EIRELI - ME  
 Maria da Conceição Gomes Félix  
 Pregoeira/HESJC  
 São José do Calçado, 27/08/2020  
**Protocolo 606686**

**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

O HOSPITAL DR. ROBERTO ARNIZAUT SILVARES torna público o Processo 2020-XKWC7 Contratação de Empresa especializada em serviço profissional capacitado em Médico Clínico e Emergencista para a Upa/Pronto Socorro Externo do Hospital Dr. Roberto Arnizaut Silvares - HRAS, em caráter emergencial, Conforme Art. 24, Inc. IV da Lei 8.666/96 pelo critério de menor preço.

O Termo de Referência para elaboração da proposta deve ser solicitado nos seguintes endereços eletrônicos: [comprashras@gmail.com](mailto:comprashras@gmail.com); [arilsonmotta@saude.es.gov.br](mailto:arilsonmotta@saude.es.gov.br) ou telefone (27) 3767-7514

As Propostas deverão ser encaminhadas para os e-mail mas quando publicarmos a dispensa no SIGA as empresas poderá enviá-las via sistema, em um prazo de 24 horas.

**Informações:** através do Tel. (27) 3767 - 7514 ou nos e-mail mencionados acima, no horário de 07 às 16h.

São Mateus, 27/08/2020

**Kepler Alexandro Reis Júnior**  
 Diretor Geral/HRAS

**Protocolo 606523**

**Centro de Reabilitação Física do Espírito Santo - CREFES -****ERRATA - CREFES**

O CENTRO DE REABILITAÇÃO FÍSICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO torna pública a retificação do Resumo da Ata de Registro de Preços nº 008/20, publicado no DIO, ES de 22/05/2020.

**ONDE SE LÊ:** Valor Total: R\$ 36.978,00 (trinta e seis mil novecentos e setenta e oito reais).

**LEIA-SE:** Valor Total: R\$ 29.160,00 (vinte e nove mil cento e sessenta reais).

**Informações:** através do e-mail [crefes.setrat@saude.es.gov.br](mailto:crefes.setrat@saude.es.gov.br), tel. (27) 3636-2154, de 09 às 16h

Em 27 de agosto de 2020

**CÉSAR CALMON PITANGA**  
 Diretor Geral/CREFES  
**Protocolo 606597**

<b>CAPTURADO POR</b>	
PAULO CESAR PEREIRA ROCHA ANALISTA DO EXECUTIVO SESA - NECL	
<b>DATA DA CAPTURA</b>	28/08/2020 15:36:20 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
<b>VALOR LEGAL</b>	CÓPIA SIMPLES
<b>NATUREZA</b>	DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link <https://e-docs.es.gov.br/documento/registro/2020-87H9SC>



Consulta via leitor de QR Code.